

## PROCESSO CIVIL

### Ação de prestação de contas

- ♦ Como na segunda fase as contas já foram prestadas judicialmente e somente se discute eventual saldo, não há que se falar em sua extinção em decorrência da morte de quem as prestou. (154194)

### Depósito judicial

- ♦ De acordo com o regime jurídico do depósito judicial efetuado, há ou não o creditamento de juros, e, para a realização de estorno, é sempre necessária prévia autorização judicial. (154208)

## CIVIL E COMERCIAL

### Condomínio

- ♦ Ao direito de receber os frutos da coisa comum, corresponde necessariamente o dever de arcar proporcionalmente com as despesas comuns pertinentes à mesma coisa. (154227)

### Duplicata

- ♦ O aceite lançado em separado à duplicata não possui nenhuma eficácia cambiária, mas o documento que o contém serve como prova da existência do vínculo contratual. (154193)

## PENAL E PROCESSO

### Imunidade parlamentar

- ♦ O “manto protetor” da imunidade alcança quaisquer meios que venham a ser empregados para propagar palavras e opiniões dos parlamentares. (153811)

### Prova

- ♦ A delação por corréu, em harmonia com as demais provas produzidas e observado o contraditório, é idônea para embasar a convicção do julgador, com a consequente condenação. (154171)

## TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

### Adicional noturno

- ♦ O empregado submetido a turno de 12x36, em jornada que abranja a totalidade do período noturno, tem direito ao adicional noturno, inclusive sobre as horas trabalhadas após as 5h. (154043)

### Preposto

- ♦ Não sendo possível o comparecimento presencial dos sócios, o envio do administrador da empresa demandada à audiência, na condição de preposto, não constitui irregularidade. (154046)

## CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

### Mandado de segurança

- ♦ Mesmo no mandado de segurança preventivo, é necessária a comprovação da iminência da prática de ato abusivo ou ilegal, por parte da autoridade pública, ou a ameaça de lesão a direito. (154119)

### Processo administrativo disciplinar

- ♦ A declaração de possíveis nulidades no processo administrativo disciplinar, segundo o princípio da instrumentalidade das formas, depende da efetiva demonstração de prejuízos à defesa do servidor. (154223)

## TRIBUTÁRIO

### Imposto de exportação

- ♦ O *drawback*, sendo benefício fiscal, exige previsão em lei específica para sua concessão, revelando-se inviável estender, pura e simplesmente, ao Imposto de Exportação. (154207)

### Taxa de fiscalização de vigilância sanitária

- ♦ A Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária revela-se exigível sempre que desencadeadas providências concretas pelo órgão fiscalizador para aferir a pertinência do pedido. (154186)

PROCESSO CIVIL		TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	
<b>Ação de indenização</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>♦ A possibilidade de compensação pecuniária por abandono afetivo exige detalhada demonstração do ilícito civil cujas especificidades ultrapassem, sobremaneira, o mero dissabor. (154238)</li></ul>	<b>Aposentadoria</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>♦ A Lei 8.213/91 estabelece a incidência do adicional de 25% às aposentadorias por invalidez, sendo temerária a extensão a outros tipos de aposentadoria, sem qualquer previsão legal. (154202)</li></ul>
<b>Condições da ação</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>♦ As condições da ação, dentre elas o interesse de agir e a legitimidade ativa, definem-se da narrativa formulada na inicial, não da análise do mérito da demanda. (154220)</li></ul>	<b>Estágio</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>♦ Nos casos de fraude, em que o trabalho desenvolvido não tem qualquer relação com a formação acadêmica do aluno, não há óbice ao reconhecimento da relação de emprego. (154247)</li></ul>
CIVIL E COMERCIAL		CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	
<b>Arbitragem</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>♦ A ausência de maiores detalhes na previsão da mediação ou da arbitragem não invalida a deliberação originária dos contratantes, apenas traduz, em relação à segunda, cláusula arbitral "vazia". (154159)</li></ul>	<b>Ação direta de inconstitucionalidade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>♦ A simples fixação de condições formais para concessão de benefício fiscal não exime o instrumento normativo de resguardar o tratamento isonômico no que se refere aos cidadãos. (154152)</li></ul>
<b>Direito autoral</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>♦ Ausente a expressa cessão de direito do autor, não pode terceiro dispor de direito autoral de outrem, não se considerando convencionado o que não constou no contrato de edição. (154200)</li></ul>	<b>Concurso público</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>♦ Apenas a prática de determinadas infrações que deixam dúvidas acerca do exercício satisfatório da função pública a ser desempenhada levam a inadmissão no momento da investigação social. (154287)</li></ul>
PENAL E PROCESSO		TRIBUTÁRIO	
<b>Citação</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>♦ A citação é pressuposto de existência da relação processual, e sua obrigatoriedade não pode ser relativizada só porque o réu constituiu advogado particular quando foi preso em flagrante. (154175)</li></ul>	<b>Crédito tributário</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>♦ O parcelamento administrativo do débito tributário implica a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e, por conseguinte, da execução fiscal ajuizada para sua cobrança. (154271)</li></ul>
<b>Pronúncia</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>♦ Configurado o excesso de linguagem na pronúncia, são inadequados o desentranhamento e o envelopamento da peça para impedir o seu conhecimento pelos jurados. (154173)</li></ul>	<b>Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>♦ O consumidor detém legitimidade ativa para postular a repetição de valores recolhidos a título de ICMS incidente sobre a demanda contratada e não utilizada de energia elétrica. (153943)</li></ul>